

DETERMINAÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA APS

Maria Helena M. de Mendonça

Cristiane Spadacio

Marcia G. Alves

- ▶ Na construção do campo de conhecimento e práticas da Saúde Coletiva- Saúde Pública, a perspectiva da determinação social da saúde e da participação social na atenção primária em saúde e no Sistema Único de Saúde (APS/SUS) destacam a relevância de utilizar e atualizar discussões promovidas por referenciais das ciências sociais e humanas. (Mendonça et al., 2021)
- ▶ Compreender o caráter, a magnitude da pandemia que acometeu o sistema global, onde persistem fortes desigualdades sociais, impactando sua distribuição social considera a necessidade de uma abordagem ampliada que abarque questões de classe, gênero, etnia, raça e de expropriações de toda ordem, que determinam e condicionam o modo como tal distribuição tem ocorrido na região e fornecem novos marcadores para a observação e descrição da realidade social (Spadacio, C.; Alves, M. G. M., 2020).

PRESSUPOSTOS E PRINCÍPIOS

- ▶ **Abordar a pandemia e o contexto do seu enfrentamento no território como um analisador transversal à reorganização das estruturas que compõem o SUS, em especial, a Atenção Primária em Saúde proposta como porta de entrada do sistema de saúde no país em suas funções de análise teórica e crítica da situação de saúde e formalização de resposta social adequada aos princípios estruturante do sistema (Spadacio, C.; Alves, M. G. M., 2020).**
- ▶ **Considerar as dinâmicas de participação nos territórios da APS/SUS e a temática da produção social, local e de garantia de acesso pela sociedade aos serviços e ações de saúde (Mendonça et al., 2021)**
- ▶ **Contribuir para recomposição de uma agenda política e estratégica de ação e pesquisa no campo da SC.**

OBJETIVO DO ESTUDO

OLHAR A APS SOB DIVERSAS DIMENSÕES – CONTEXTO COVID 19

DIMENSÃO SOCIAL: Os princípios ativos e valores sociais do SUS

DIMENSÃO POLÍTICA DOS DIREITOS: A visão sistêmica como determinante social

DIMENSÃO MULTICULTURAL: Por outro modo de pensar e viver

- Processo social da RS - arranjo institucional e base de apoio socio-político

Dimensão social



- Evento complexo - sindemico, participação social e engajamento comunitário

Dimensão Política



- Ações promoção da saúde efetivas em uma perspectiva emancipatória e humanizadora

Dimensão cultural



ECOLOGIA e
MULTICULTURALIDADE



Será possível a superação dialética das contradições postas pelas estruturas coloniais, patriarcais do capitalismo ? (Santos, BS. 2021)

Os princípios ativos e valores sociais do SUS - Dimensão social

A Saúde Pública é uma construção social vinculada ao desenvolvimento do capitalismo econômico e do liberalismo econômico; seu projeto reformador, permeado pela tensão e aceitação da suplementação de suas ações de saúde no âmbito da iniciativa privada e dos interesses das fundações norte americanas, que apoiaram a formulação e formação de políticas de saúde.

A integralidade da atenção que supõe a integração das ações que visam ações preventivas, curativas com promoção de saúde, pensa os indivíduos e a coletividade, sem prejuízo de universalização. A noção de integralidade pode ser percebida em três formas de representação da sociedade - total/ atomizada/ conflitada (por desigualdades), às quais correspondem três formas de estado - proteção social/ mínimo/ possível. A sociedade brasileira tem buscado a forma total que garanta a proteção social, sem êxito permanente.

Saúde é qualidade de vida por ser “uma construção coletiva de padrões de conforto e tolerância que determinada sociedade estabelece, como parâmetros para si” (Minayo, Buss e Hartz, 2000).

Uma grande questão política e sociológica dos estudiosos da Saúde Coletiva que perdura até nossos dias é identificar como e quem sustenta o SUS voltado para toda população, para além da retórica, diante do esvaziamento das instituições e do desafio político de ampliar as suas bases sociais.

Porque não há legitimidade do SUS em sua construção por todas as classes sociais, especialmente a classe média que se ausentou e continua afastada desta construção, e qual a permanência da atual valorização do sistema nacional.

A visão sistêmica como determinante social - Dimensão política dos direitos

Os determinantes sociais nunca atuam diretamente no campo biológico, são sempre intermediados pelos aspectos antropológicos, que para atingir o indivíduo no biológico deverão passar pelas crenças/valores da pessoa em pauta no processo. (Minayo, MC, 2000).

a tendência atual quanto aos determinantes de saúde é valorizar o sistema de saúde como principal determinante da saúde (Buss e Pelegrini, 2007), pois a existência do sistema ainda mais se universal, contempla um conjunto amplo de determinantes, e condiciona a abrangência da proteção social. A ênfase na participação social em saúde como princípio relacionado ao aprofundamento da democracia na dimensão política da cidadania plena, articulando diversas dimensões de direitos - civis, políticos e sociais.

o setor saúde constitui uma oportunidade única que alerta o mundo e o Brasil para a relevância da integração de políticas em consonância com uma dimensão econômica, já que é uma área de geração de emprego, de investimentos que pode liderar a geração de ciência e tecnologia em saúde redutora das desigualdades; com uma dimensão social, já que constitui um direito ao bem estar social além de ter uma relação significativa com o ambiente, agregando sentido ao desenvolvimento humano. Uma dimensão cultural que, no contexto atual, reforça a desigualdade do conhecimento e da capacidade científica e tecnológica de inovação para o enfrentamento das doenças crônicas seja na capacidade produtiva em biotecnologia seja na sua distribuição, com previsível impacto nas metas da Agenda 2030 pelo não acesso a bens e serviços. (Lima & Gadelha, 2021

A participação social como uma diretriz e princípio estruturante, se operou por várias ações que visavam olhar a doença por um modelo não somente biomédico, um modelo que se apoia na observação da realidade, no engajamento ativo das pessoas na comunidade, na identificação dos problemas no território, sua teorização e definição de hipóteses de solução ou proposições. A operação desse princípio se dá em vários níveis de atuação, é ação estratégica da formação profissional em saúde com métodos próprios e específicos da Educação Permanente e Educação Popular em Saúde voltados para a mudança social e uma nova abordagem da relação estado-sociedade.

Assim, a participação social tem em sua grandiosidade a função de garantir a sustentabilidade da democracia e de um sistema de saúde que seja público, alinhado às necessidades de saúde da população.

Criaram-se também alguns instrumentos ou mecanismos de operacionalização para o controle social institucionalizado por atribuições na saúde de formulador, analista e fiscal dos usos de recursos públicos, do exercício do poder deliberativo. São eles os conselhos de saúde e as conferências de saúde nos três níveis de governo

Em contexto de luta de classe restrita, esses mecanismos tem garantido o direito básico, apesar da forte e grave crise política com crítica à democracia indireta e a política de barganha entre grupos políticos, associada à abordagem econômica com medidas de ajuste nos gastos públicos, desmonte de estruturas, sem considerar a necessidade de mais investimento em políticas que exercem princípios e valores éticos e de justiça social.

Os serviços de APS com suas características potenciais de estarem próximas aos contextos locais (no sentido de um território ampliado), configuram-se como locus privilegiado para a promoção da participação social contextualizada, que leva em conta os determinantes de saúde que norteiam indivíduos e comunidades.

Por outro modo de pensar e viver - Dimensão multicultural

A Educação Popular em Saúde, assume em seu título o “popular”, para dar conta do contexto de iniquidades inerentes à história do nosso país e com foco na complexidade popular, ressaltando a importância de transformar múltiplos determinantes sócio estruturais, a partir de aprendizagens e de intervenções educativas de sujeitos reais em seus contextos locais concretos.

Entende-se como "local", o território vivo de interações sociais, onde flui a vida em suas múltiplas dimensões, que se manifesta e se constrói a cidadania, um campo impregnado de conflitos e interesses diversos. Em um olhar "de perto e de dentro" (Magnani, 2002), o território vai além de um espaço geográfico; é o local onde se concretizam as relações sociais, as manifestações da vida ativa, com relações de cooperação e de poder (Santos, 1997).

Os saberes e as práticas do “mundo invisibilizado” desaparecem devido à produção epistemológica de conhecimento dominante e cientificamente legitimada (Santos, BS, 2016). Assim escolhemos algumas expressões deste mundo.

Outra expoente literária, a escritora Conceição Evaristo, realça que “a gente combinamos de não morrer” para falar da violência contra os negros, sujeitos, capazes de falar e para reconhecer que a presença de seus corpos incomoda os ocidentais, os donos da casa-grande.

A busca da afirmação no campo político-ideológico surge no acesso à educação e trabalho pelas cotas, como um instrumento potente para reduzir as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero. **As ações afirmativas não nascem de cima pra baixo, como é a lei 10.639, que institui o estudo das culturas africanas e afro brasileiras, e mais tarde estendida às as culturas indígenas.**

Os povos indígenas fazem com seu próprio corpo uma confrontação ao sistema capitalista e seus agentes na política do estado brasileiro, justos eles que são talvez os mais facilmente violentados e violados na história brasileira, desde a colônia até o presente (Krenak, 2020, Vilaça, 2020).

Desde o século XXI, bem antes do efeito da pandemia, esses povos têm ganho alguma visibilidade e tem alertado ao mundo e conclamado para o debate sobre o que fazer? Como se comportar diante das agressões à sua terra e à sua gente por parte da exploração de riquezas naturais? Como tratar a dimensão da ecologia, que afeta a todos, no sentido da humanidade que não separa homem e natureza?

Segundo ainda Vilaça muitas mudanças se deram nas décadas em que houve maior convivência entre os povos indígenas e os brancos, e desse contato regular decorreu a incorporação de novas noções sobre corpo e doença, sendo que diversos jovens se tornaram auxiliares de enfermagem e passaram a desempenhar funções assistenciais – identificação de sintomas, administração de remédios e coleta de sangue, podendo atuar em seu ambiente.

Hoje, a interação com os brancos traz alguns benefícios sociais como Bolsa Família, atendimento à saúde, frequência das crianças à escola, mas promove o afastamento de seus hábitos de vida e saberes tradicionais e até mesmo do território, pois exige deslocamentos não seguros ou a quebra do isolamento em condições inseguras (Vilaça, 2020).

Neste processo, a vida dita selvagem pode se extinguir pela ação do colonizador. O que sobrar da humanidade ou desta totalidade que ainda é útil aos poderosos? Os sinais entre mundos são fenômenos que afetam o coletivo e eles se expressam na diversidade e na palavra. A potência de vida se expressa em muitos corpos – floresta, montanhas, seres para além do humano (Krenak, 2020).

- ▶ O debate não se esgotará no tempo da pandemia, mas já mostrou o adoecimento da sociedade, agravado no caso do Brasil pela ascensão do fascismo, do obscurantismo dos que estão no poder e buscam impor velhas práticas de integração social.
- ▶ No cenário realista de falta de definição de prioridades, ações individuais não pactuadas pelos três níveis de poder e desvalorização da política são grandes desafios para a gestão pública e para o controle social, em sinal de resistência para enfrentar a epidemia como tornar a APS mais efetiva, apoiada em vigilância epidemiológica e imunização coordenada. Nele o papel dos conselhos de saúde é fundamental para o exercício democrático.
- ▶ Por um lado, ao protagonismo do CNS se juntam entidades representativas da Saúde Coletiva e de outras representações da sociedade civil, que fortalecem as reações para preservar conquistas sociais e buscar fortalecer o SUS ameaçado.
- ▶ De outro, a organicidade entre as entidades públicas descentralizadas, em que o Conselho Estadual de Saúde (CES) atua no âmbito regional e de organização de redes e o Conselho Municipal de Saúde (CMS) está muito mais próximo dos serviços de saúde. A gestão local da APS, mas não necessariamente do território e das comunidades que nele vivem, demandam outros lugares não oficiais de atuação mais horizontal no espaço público e político onde se encontram os entes sociais/famílias e outros agentes de saúde.
- ▶ Espera dessa fricção a recomposição de uma agenda política e estratégica na Saúde Coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- ▶ **Desenvolver ações de saúde a partir das realidades dos contextos locais, potencializando o trabalho de base territorial da APS, a fim de romper com a negligência histórica sobre áreas rurais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas.**
- ▶ **Produzir novos estudos revisitando a transição epidemiológica brasileira e configuração de diversos perfis epidemiológicos numa perspectiva crítica que contemple singularidades sociais, diferenças e convergências nas condições de vida e saúde das classes sociais. A fim de subsidiar os trabalhadores da APS em suas ações cotidianas.**

RECOMENDAÇÕES

- ▶ **Recuperar políticas públicas intersetoriais que deem suporte ao cuidado da população, alinhado às iniciativas populares e suas necessidades locais de saneamento, limpeza urbana, acesso a serviços sociais e medidas de proteção e segurança alimentar nas áreas rurais e remotas em apoio ao isolamento social;**
- ▶ **Avançar e inovar instrumentos participativos e reforçar novas formas de comunicação social e educação popular para mudanças de valores, hábitos e atitudes. Nestas novas formas de participação observam-se a construção de identidades, a existência de sujeitos políticos capazes de intervir na realidade social;**
- ▶ **Trabalho coletivo no âmbito social com perspectiva humanizadora e emancipadora das classes populares nas intervenções – formação cidadã e educação permanente, levando em conta os aprendizados com a pandemia na APS.**

RECOMENDAÇÕES

“...Quando não se tem espaço para ser. Isso dá uma canseira, um desânimo, um aborrecimento. Ajuntando sua precariedade você constrói algo melhor pra você. O silêncio dói, mas ele nos compõe. Muitas vezes é preciso ficar silenciosos. As comunidades quando estão silenciosas, estão se fortalecendo, se recuperando, se alimentando. O silêncio e o grito nos constituem, a literatura é muito isso também, silêncio e grito”

(Conceição Evaristo in Silvio Tendler, Estados gerais da Cultura, 2021).

Referências Bibliográficas:

CARVALHO, A I - Conselhos de Saúde no Brasil: Participação Cidadã e Controle Social. Rio de Janeiro: FASE/IBAM, 1995.

FRENTE PELA VIDA Plano de Enfrentamento à Covid-19. Rio de Janeiro, 2021. In <https://frentepelavida.org.br/>

MENDONÇA, MHM et al. Atenção Primária à Saúde no Contexto da Covid-19 no Brasil: um olhar panorâmico da Saúde Coletiva. In VIANNA, GS; FERREIRA, LP; CASTELO BRANCO, PHVB (ORGS.) “Retratos da Pandemia. Vida, sociedade e política.” Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021(no prelo)

MINAYO, M C. O desafio do conhecimento na pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Editora HUCITEC/ABRASCO, 2000.

MOYSÉS, S J; SÁ, R F. Planos locais de promoção da Saúde: intersectorialidade(s) construída(s) no território. In PELICIONI, M C F; MIALHE, F L. Educação e Promoção da Saúde – Teoria e Prática. Editora Santo, SP, 2009.

SANTOS, B S. O futuro começa agora: da pandemia a utopia. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, B S; ARAÚJO, S; BAUMGARTE, M. As epistemologias do sul num mundo fora do mapa. In: DOSSIÊ. Sociologias 18 (43), Sep-Dec 2016. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004301>

SPADACIO, C; ALVES, M G M. Nos entremeios: o biológico e o social no Brasil no contexto da Covid-19 e o papel da Atenção Primária à Saúde. APS em Revista Vol. 2, n. 1, p. 61-65, Janeiro/Abril – 2020.

BUSS, P M & PELLEGRINI FILHO, A - A Saúde e seus Determinantes Sociais. Rio de Janeiro: PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1):77-93, 2007.

CEE/Fiocruz - Sessão Saúde e Sustentabilidade, Lima, NT & Gadelha, CG, publicado em 07/07/2021. In <https://cee.fiocruz.br/?q=artigo-ressalta-necessidade-de-abordagem-sistemica-na-saude>

FRENTE PELA VIDA Plano de Enfrentamento à Covid-19. Rio de Janeiro, 2021. In <https://frentepelavida.org.br/>

KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Cia das Letras, 2020. 2ª. Edição.

KRENAK, A. A vida não é útil. São Paulo: Cia das Letras, 2020. 1ª. Edição.

MAGNANI, J G C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais 17 (49). Jun 2002. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>

MINAYO, M C, HARTZ, Z M A, BUSS, P M – Saúde e qualidade de vida: Um debate necessário. Ciência & saúde Coletiva, 5 (1): 7-18, 2000.

SPADACIO, C; ALVES, M G M. Nos entremeios: o biológico e o social no Brasil no contexto da Covid-19 e o papel da Atenção Primária à Saúde. APS em Revista Vol. 2, n. 1, p. 61-65, Janeiro/Abril – 2020.

VILAÇA, A. Morte na floresta. São Paulo: Todavia, 2020.